

## **PARECER DE CONSELHEIRO Nº 28/2024**

PAD Nº 2024000226

CONSELHEIRO RELATOR: Cíntia do Socorro Matos Pantoja

**Ementa:** Denúncia em desfavor das profissionais de enfermagem [REDACTED] e [REDACTED].

### **I. Da Designação**

Através da Portaria Coren – AP nº 0189 de 22 de junho de 2024, fui designada como Conselheira Relatora para o PAD Nº 2024000226, com a finalidade de emitir parecer de conselheiro. Para isso recebi o processo físico, contendo 21 páginas, todas numeradas e rubricadas.

### **II. Da Denúncia**

Trata-se de denúncia de suposta infração ética cometida pelas profissionais Enfermeira [REDACTED], Coren [REDACTED]-AP e profissional Técnica de Enfermagem [REDACTED], Coren [REDACTED]-AP, na qual o denunciante médico [REDACTED] alega negligência por parte das profissionais citadas ao paciente grave [REDACTED], 54 anos, portador de necessidades especiais o qual deu entrada no Hospital de Emergências de Macapá Doutor Oswaldo Cruz no dia 25 de setembro de 2023 às 23:00 horas, sendo internado com diagnóstico de Hepatite B.

A denúncia é acompanhada de detalhes na narrativa dos fatos em que o denunciante refere que o paciente passou muitas horas sob os cuidados das profissionais no corredor, sujo, vomitado, sem as medicações prescritas de horário, sem aferição de sinais vitais de 4/4 horas. A família solicitou banho e limpeza do paciente, sem efeito pela equipe de enfermagem, tendo a mesma que arcar com os cuidados sem as orientações necessárias. O médico relata que o paciente evoluiu de forma grave, solicitou a outra equipe de enfermagem de outro setor a verificação dos sinais vitais e administração de medicações para estabilização do paciente. Relata que mesmo com a indicação de sala vermelha e leito de UTI, os mesmos não estavam

disponíveis. Relata ainda que a família do paciente entrou com denúncia pela Ouvidoria do Hospital de Emergências contra as profissionais. Entre outros detalhes, o paciente em estado gravíssimo foi encaminhado a um leito de enfermaria onde veio a óbito as 15:00 horas do dia 26 de setembro de 2023.

### III. Do Parecer

**Considerando a Resolução COFEN nº 564/2017, Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem que no Capítulo II trata dos deveres:**

*Art. 41 Prestar assistência de Enfermagem sem discriminação de qualquer natureza.*

*Art. 45 Prestar assistência de Enfermagem livre de danos decorrentes de imperícia, negligência ou imprudência.*

**Considerando a Resolução COFEN nº 564/2017, Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem que no Capítulo III trata das proibições:**

*Art. 76 Negar assistência de enfermagem em situações de urgência, emergência, epidemia, desastre e catástrofe, desde que não ofereça risco a integridade física do profissional.*

A conciliação não poderá ser realizada quando o fato envolver indícios de infrações caracterizadas como gravíssimas, nos termos do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.

### IV. Da conclusão

Diante do exposto, considerando indícios de infrações éticas cometidas pelas profissionais Enfermeira [REDACTED], Coren [REDACTED]-AP e profissional Técnica de Enfermagem [REDACTED], Coren [REDACTED] ao **artigo 76 do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem contidos na Resolução COFEN Nº 564/2017.**

Portanto, considerando o material analisado, em conformidade ao que consta no CÓDIGO DE PROCESSO ÉTICO DO SISTEMA COFEN/CONSELHOS REGIONAIS DE ENFERMAGEM, aprovado pela resolução COFEN Nº 706/2022 em

*CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO AMAPÁ*  
*Autarquia Federal - Órgão Fiscalizador e Disciplinador do Exercício Profissional*  
*(LEI 5.905/73)*

seu artigo 13 sou favorável a admissibilidade do PAD N° 2024000226 em desfavor das denunciadas.

Este é o Parecer.

**Macapá, 09 de agosto de 2024**

**Cintia do Socorro Matos Pantoja**  
**Conselheira Relatora Coren-AP**  
**COREN-AP n° 202412-ENF**